

A ECLESIOLOGIA SUBJACENTE À (ASSEMBLÉIA DE) PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS

Pe. Dr. Vitor Galdino Feller
Professor de Teologia Sistemática

Introdução

No dia 30 de outubro do ano passado, realizou-se em Palhoça, na Grande Florianópolis, a 7ª Assembléia de Pastoral da Arquidiocese. Um dia tenso e intenso, em que mais de 250 pessoas avaliaram a execução dos projetos referentes aos três destaques (Formação de Lideranças, Juventude e Família) do 11º Plano Arquidiocesano de Pastoral. Um dia denso, que quis dar início a um processo de grande avaliação da caminhada pastoral da Arquidiocese, sobretudo nestes últimos anos, desde 1987, quando do início do planejamento participativo. Uma avaliação que haveria de se realizar durante todo o ano de 1991 e que levaria em conta o feixe das seis dimensões da ação pastoral da Igreja no Brasil, conforme as diretrizes da CNBB. A mudança de Arcebispo e a espera das novas diretrizes da CNBB viriam a pôr de molho, no entanto, este objetivo! Um dia carregado de reflexões e intuições, apelos, tentativas de correção fraterna, acentuações diversas, que nos possibilitam entrever — este o objetivo deste artigo — a *eclesiologia* que marcou o pano de fundo da Assembléia. Pelo teor representativo desta, podemos também vislumbrar a *eclesiologia* que subjaz a toda a pastoral da Igreja local de Florianópolis.

Este é um artigo, melhor diria, um comentário, despretenso, de alguém consciente dos limites de sua visão, uma contribuição teórica, teológica, à práxis pastoral de nossos agentes. Uma teologia que questiona e incentiva! Uma práxis pastoral que não pára para refletir e não se deixa interpelar pelos dados teológicos da revelação bíblica, da tradição histórica, do magistério eclesial e da fé popular, cairá fragorosamente na mesmice dos achismos empíricos e basismos ativistas. Sem a fecundação da reflexão teórico-teológica, a fé cristã vira sentimentalismo pietista ou ideologismo festivo. Nem um, nem outro servem à evangelização libertadora iniciada por Jesus e destinada à construção e consecução do Reino de Deus. Esta contribuição teológica fica restrita, contudo, à área da *eclesiologia* e, mais ainda, ao círculo dos modelos eclesiológicos imperantes na atualidade da ação pastoral e da reflexão teológica. Queremos nos perguntar e responder: qual ou quais dos modelos de Igreja melhor explica(m) a Igreja de nossa Arquidiocese? ou seja, que visão de Igreja temos na cabeça quando atuamos em nossa pastoral?

Do leque dos muitos modelos que hoje servem para enquadrar ou focar a Igreja, em vista de melhor conhecimento do seu mistério e de melhores condições para a sua ação e história no meio do mundo, vamos nos deter aqui na tríade instituição-comunhão-missão. Haveria outros modelos: mistério, sacramento, povo-de-Deus, corpo

de Cristo, templo do Espírito, mensageira da Palavra. Mas todos estes podem ser contemplados como submodelos dentro dos três escolhidos. Para uma leitura fácil sobre os modelos de Igreja, ver a conhecida obra de A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, Ed. Paulinas, SP, 1978, e também B. MONDIN, *As novas eclesiologias*, Ed. Paulinas, SP, 1984.

*Vamos nos deter aqui na tríade
instituição-comunhão-missão.*

A escolha destes três modelos não é aleatória. Ela tem amparo na reflexão dos assessores da CNBB (João Batista LIBÂNIO, Cleto CALIMAN, Luís SÍVERES, Antonio J. de ALMEIDA e outros) e baseia-se na história da ação pastoral e da reflexão eclesiológica das últimas décadas. Com efeito, até o Vaticano II, a Igreja era vista como instituição, tudo girava em torno de sua definição tridentina e bellarminiana como sociedade perfeita, visível, hierarquicamente organizada, preocupada na manutenção dos seus quadros e estruturas. Esta visão foi superada, não negada, mas assumida pela perspectiva conciliar da Igreja como Comunhão, povo de Deus, comunidade de batizados que celebram e anunciam sua fé, na liturgia, na catequese, na formação dos líderes leigos (agora valorizados!), na atividade missionária de inculturação, na redescoberta da autoridade hierárquica como serviço, na sua identificação como sacramento de salvação. O modelo da Igreja Comunhão leva imediatamente ao modelo da Igreja Missão. Não existe comunhão que não seja missionária. Assim, logo após o Vaticano II, ao modelo da Igreja Comunhão acrescentou-se, para uma relação dialógica, o modelo de uma Igreja missionária, servidora do Reino, presente no mundo dos pobres, solidária com eles na luta pelos bens primordiais e necessários à preservação e defesa da vida (alimentação, casa, terra, saúde, educação, trabalho, salário etc.), presente no mundo secular, onde pretende fazer valer seus valores evangélicos, nos ambientes das universidades, dos MCS, dos construtores da sociedade pluralista etc.

Como se vê, são três modelos que se interdependem, um dando vez ao outro, conforme os desafios e urgências da realidade e dos tempos que mudam. Nos tempos de uma Igreja mais marcada pela instituição, havia também comunhão e missão, é claro. Mas ambas eram vistas a partir do horizonte institucional. Igualmente, no pós-Vaticano II, a Igreja continua sendo instituição e abre espaços para a missão, ad extra, mas dentro do interesse comunitário. Hoje, sobretudo na América Latina, a Igreja continua tendo sua forma institucional, com seu interesse ad

intra, de comunhão de todos os ministérios e vocações, mas seu acento é missionário, de presença no mundo da modernidade, onde os fenômenos conflitivos de secularização/ateísmo-idolatria e de libertação/opressão-injustiça vão exigindo discernimento e tomada de posição.

Ficará claro, por suposto, que nenhum destes modelos, tomados em particular ou globalmente, abrange a totalidade da Igreja. Ela é sempre mistério, originada em Deus Pai, que a quer como seu povo escolhido, estruturada na pessoa e na missão do Filho, que a tem como seu corpo místico, e continuamente (re)edificada no vigor do Espírito, que a considera seu templo santo (*Lumen Géntium* I, 1-8). A Igreja foge a todos os esquemas. Os três modelos em pauta e os submodelos neles subsumidos são apenas tentativas de percepção do mistério. E assim devem ser considerados: tentativas, por certo não inúteis!

Nenhum destes modelos, tomados em particular ou globalmente, abrange a totalidade da Igreja.

Apresentado o enquadramento relativo ao conteúdo de nosso comentário, passemos ao método. Tomaremos as respostas dadas ao questionário preparatório da 7ª Assembléia de Pastoral, que pedia, sobre cada um dos destaques, quais atividades foram realizadas e quais os resultados obtidos, quais desafios persistem e quais propostas de ação se sugerem. No leque das respostas dadas pelas paróquias e comarcas, pelos serviços de pastoral, pelos movimentos leigos, encontraremos uma rica mina por onde começar a conhecer a eclesiologia de nossa Arquidiocese. Além das respostas dadas a este questionário pré-assembly, servirmos-nos também dos comentários e reflexões feitas nos grupos, no miniplenário e no plenário, a partir de anotações pessoais e da secretaria. Iremos, então, detectando e observando qual peso se dá a este ou àquele modelo. Iremos anotando os sinais de presença de cada um dos modelos até chegarmos a uma percepção mais global da eclesiologia da Assembléia e, portanto, da pastoral da Arquidiocese. Assim, juntando o conhecimento empírico que temos de nossa pastoral e a força estatística que pesa sobre os dados da Assembléia, teremos chegado a uma boa sustentação para nossa opção metodológica. Vamos lá, então.

1. Sinais de presença do modelo Igreja-Instituição

Dentre as respostas ao questionário e as anotações da secretaria, podem ser apontados como sinais de presença do modelo institucional da Igreja as seguintes atividades realizadas e resultados obtidos:

a) Encontros de estudos e orientações com os CAEPs e as secretarias paroquiais, que deixam claro o peso do modelo institucional, na medida em que mostram a preocupação com a economia e a burocracia da paróquia, eixo central da pastoral deste modelo.

b) Há também os encontros de oração e formação de movimentos leigos, tanto dos tradicionais (Legião de Maria, Apostolado da Oração, Ordem Franciscana Secular), como dos modernos (Movimento de Irmãos, Cursilhos, Equipes de Nossa Senhora, Movimento Familiar Cristão). Na medida em que estes movimentos leigos reforçam um modelo antigo de pastoral ou se auto-instituem como corporações

que, seguindo orientações de fora, caminham paralelas aos objetivos da ação pastoral da Arquidiocese e das paróquias, estão também reforçando o peso institucional. Têm, contudo, muita riqueza a dar para sustentar o modelo comunitário, pelo valor que neles se dá à pessoa e à missão do leigo. Mas, por enquanto, se fazem muito dependentes dos padres e fazem as paróquias (às vezes só os padres) girarem em torno deles, estabelecendo um círculo muito fechado entre paróquias-movimentos, às vezes só entre padres-movimentos, em que não há espaço para uma pastoral libertadora: nem junto aos pobres, nem de presença crítica nos ambientes seculares. Quando muito, dão boa colaboração às atividades ad intra, propriamente comunitárias, das paróquias, colaborando na liturgia e nos diversos níveis da catequese. Mais adiante voltaremos a eles, quando tratarmos dos desafios que nossa pastoral tem pela frente.

Não há espaço para uma pastoral libertadora.

c) Os encontros de pais e padrinhos dos batizados, de noivos, dos crismandos, de pais de catequizandos, também dão força ao institucional, enquanto, pela importância que lhes é dada na ação da nossa pastoral, revelam uma continuação com o sacramentalismo tradicional. Embora possa ver-se aqui uma renovação no sentido em que a administração dos sacramentos vem precedida da catequese e da evangelização, não se pode contudo falar ainda de passagem para um segundo modelo, sobretudo porque se sabe que esta catequese e evangelização, na forma de cursos, palestras, aulas, são as mais das vezes realizadas como exigência de diretrizes jurídicas e burocráticas e não como desejo e fruto de uma pastoral comunitária e libertadora.

Dentre os desafios-problemas apontados, podem ser observados como marcantes do primeiro modelo os seguintes:

a) Desafios de ordem externa à ação pastoral, como distâncias geográficas, diversidade de horários, dificuldades financeiras, pobreza de meios materiais para investir na formação. Revelam uma incapacidade crônica da Igreja em se adaptar ao seu meio sócio-histórico-geográfico. Em esquemas preestabelecidos não há lugar para a criatividade, para a mudança, para a adaptação a novos tempos, que exigem descentralização geográfica das organizações pastorais, adaptação aos horários do mundo moderno, criatividade administrativa.

Há o medo do novo, onde tudo deve ser organizado no decorrer do próprio processo.

b) Há os problemas provindos do apego à tradição social e eclesial: dependência da hierarquia, autopromoção do padre com relação ao seu "status", dependência dos leigos com relação aos padres, tradicionalismo acomodado, espírito paternalista dos mais velhos, confronto entre Igreja conservadora e Igreja libertadora, aceitação da catequese como obrigação ou tradição ou "status", catequese sacra-

mentalista, dificuldade de transformar o assistencialismo em promoção. Todos desafios que mostram o quanto se está apegado ao passado, ao jeito de ser antigo. Há o medo do novo, onde tudo deve ser organizado no decorrer do próprio processo. Prefere-se o que já está pronto.

c) Também a percepção dos desafios provindos da incapacidade prática de fazer acontecer o novo, revelam a face institucional da nossa pastoral: clericalismo até dos leigos, ausência de mentalidade e articulação comarcal, falta de formação e estudo, sobrecarga dos líderes, timidez e vergonha dos agentes, espiritualidade vertical dos movimentos, número insuficiente de líderes, acusação de demasiada preocupação com o material, realização de retiros espirituais sem comprometimento com a comunidade, desarticulação das pastorais e destas com os movimentos, ausência de linha pastoral, ausência de planejamento pastoral, falta de integração entre fé e vida, desinteresse de muitos párocos pelos materiais do Mês Vocacional ou da Semana da Família ou do Mês Missionário etc., concentração dos movimentos sobre si mesmos. Sente-se, é verdade, que se faz muita coisa. Mas, uns de cá, outros de lá. Há uma capacidade teórica e prática de perceber o novo e de se articular a partir dele. O modelo antigo já não serve, teoricamente, mas fica-se apegado a ele, enquanto não se consegue entrar de cheio na novidade mais exigente do presente.

Como se vê, pela observação destes desafios, é forte o peso da Igreja-Instituição. Sobretudo quando se trata dos desafios, quando então se toma consciência ou ao menos se enxerga mais conscientemente uma carga histórica e seus (d)efeitos inerentes, a serem superados. Entretanto, o fato de perceberem-se estes desafios já é uma tentativa de avanço.

Essa tentativa de avanço é melhor percebida quando entre as propostas de ação sugeridas não aparece nenhuma que venha a fortalecer o institucional. Sugestões que poderiam vir enquadradas aqui, como a criação de uma escola de ministérios, a discussão do papel jurídico-pastoral da comarca, o aumento do número dos Diáconos Permanentes, a formação de equipe responsável pelo dízimo etc., são, no entanto, melhor entendidas como indicação de um novo modelo a surgir entre nós.

A paróquia passa a ser renovada com a participação de todos.

2. Sinais de presença do modelo Igreja-Comunhão

Dentre as atividades realizadas e resultados obtidos, como representantes da presença do modelo comunitário, podem salientar-se os seguintes:

a) A participação mais ampla dos cristãos na elaboração e execução dos planos de pastoral (criação de Conselhos Paroquiais de Pastoral, encontros diversos com catequistas, liturgistas, ministros da Eucaristia) revela a existência do modelo comunitário. É onde se percebe o sentido de comunhão que vai se criando em algumas paróquias, infelizmente não em todas e, quiçá, nem mesmo na maioria. A paróquia passa a ser renovada com a participação de todos, tanto no planejamento quanto na execução e na avaliação das atividades, tanto na educação da fé, quanto no culto, quanto na administração dos bens.

b) A preocupação com a formação dos leigos e a formação permanente dos padres e agentes de pastoral (cursos os mais diversos conforme o interesse pastoral, cursos de teologia para leigos, cursos ou semanas formativas sobre a Bíblia, a Liturgia, as CEBs) revela a busca de conhecimento da própria fé, que levará a uma vivência mais comprometida com a comunidade. A preocupação com a fundamentação teológica e pedagógica de toda a atividade pastoral é própria de um modelo em que todos se sentem responsáveis pelo desenvolvimento dos próprios dons para serem postos a serviço da comunidade.

c) Também a formação de grupos de oração e de reflexão (círculos bíblicos, grupos de reflexão por ocasião de determinados meses e ocasiões, reuniões de espiritualidade como suporte da vida dos movimentos) trata de expandir a comunhão para o cotidiano da vida, dentro das preocupações vitais das pessoas.

Dentre os desafios-problemas apontados, podem ser vistos como indicadores da presença do modelo comunitário os seguintes:

a) O acúmulo de atividades dos leigos, a rotatividade de lideranças, a dificuldade de manter disposição e persistência no que foi assumido, tudo mostra como, de fato, os agentes pastorais de nossas paróquias e comunidades vivem sobrecarregados. Há na Igreja uma vida interna muito movimentada. Só que restrita às mesmas pessoas e grupos. A comunhão não foi ainda correlacionada com a missão.

b) A falta de um direcionamento comum, o trabalho isolado por setores, a prática dos movimentos marcada por uma espiritualidade vertical sem espaço para a opção pelos pobres, mostra como os bens religiosos e espirituais que a Igreja oferece ficam sempre restritos, tanto em nível de ação/agentes quanto no nível de destinação/destinatários, a determinados grupos. A comunhão acontece, mas em pequenas dimensões. Na verdade fica fechada à grande massa dos cristãos.

c) A consciência da responsabilidade de todos na edificação da comunhão, e a constatação da falta de unidade entre as diversas lideranças, da pouca formação bíblica e teológica, da ausência de CPP em muitas paróquias, são índices de que, apesar dos limites, existe comunhão.

Dentre as propostas sugeridas, apontam para uma presença do modelo de Igreja-Comunhão as seguintes: A formação dos leigos (criação de escola de lideranças, maior ênfase à catequese permanente, elaboração de material para o estudo dos agentes, equipe que dê cursos pelas paróquias, reciclagem dos dirigentes dos movimentos e associações), a abertura para a participação do povo na vida da Igreja (realização de congressos de catequese e juventude), a organização da pastoral (criação de CPPs em todas as paróquias, formação de equipes paroquiais para todas as pastorais).

Como se pôde perceber, há muitos sinais, aqui postos apenas resumidamente, sem detalhes, do modelo comunitário de eclesiologia. Talvez até se pudesse dizer que há, em nossa Arquidiocese, uma concentração nesse modelo. Por isso, ao lado do positivo que implica uma vida eclesial mais próxima à Igreja primitiva e à vontade de Jesus Cristo e do seu Espírito, há que se ver também o negativo, em forma de perigo, de um fechamento ao

externo. Basta o movimento de sístole, para dentro, esquecendo-se da tensão com o movimento centrífugo de sair para fora? É preciso também estar fora, no mundo, servindo, buscando pontes com outros organismos onde o Reino de Deus também se manifesta. Em nossa pastoral arquidiocesana, carecemos de uma eclesiologia mais missionária, serviçal, de presença e atuação no mundo. Há contudo alguns sinais de sua presença entre nós, como agora se verá.

Carecemos de uma eclesiologia mais missionária.

3. Sinais de presença do modelo Igreja-Missão

Dentre as atividades realizadas em nossa Arquidiocese, podem ressaltar-se como sinais do modelo missionário de eclesiologia as seguintes: a formação dos leigos para o serviço nos diversos âmbitos da vida social (formação de grupos para medicina alternativa, círculos bíblicos com trabalhos comunitários e mutirões, consciência/conscientização crítica sobre a realidade num espírito de fé), a participação dos leigos na evangelização do seu cotidiano (criação de muitos grupos de reflexão, novenas nos grandes tempos litúrgicos e meses temáticos, presença efetiva nas CEBs, maior atuação nas atividades pastorais e sociais, acompanhamento das lutas encaminhadas pelos movimentos populares, presença de agentes em áreas de conflito), a organização pastoral em vista da realidade (percepção da urgência de uma Pastoral Urbana melhor elaborada, abertura de caminhos para um diálogo maior entre os agentes das CEBs e dos movimentos de classe média a partir da opção pelos pobres, incentivo à participação dos leigos nos mais diversos ministérios).

Também na captação dos seguintes desafios, nota-se a busca de um sentido mais serviçal de nossa pastoral: a percepção da própria realidade eclesial e social (tensões entre os agentes por causa da política partidária, conservadorismo que fecha a Igreja às questões sociais, êxodo rural que faz nossas cidades-satélites virarem dormitório, alienação dos jovens no mundo das drogas e no consumismo); o sentido da necessidade de melhor organização pastoral para um melhor serviço ao homem de hoje (metodologia para o trabalho com a juventude e a família, sobretudo das periferias, articulação das paróquias com as pastorais sociais).

Por fim, diante das propostas sugeridas nas respostas ao questionário assemblear, pode-se ainda vislumbrar alguns sinais do modelo missionário-serviçal: formação para as mais diversas pastorais sociais (operária, da terra, da moradia, das favelas, dos pescadores, etc.), o compromisso efetivo com os pobres (incentivo às romarias da terra e dos sem-teto, presença junto às comunidades mais carentes de cada paróquia).

Despreparo da maioria de nossos agentes para sairmos do casulo comunitário.

Como se vê, a presença dos sinais do modelo serviçal é bem menos marcante. Isso, sem observar que há da parte de muitos de nossos católicos e (é de se pasmar?) de muitos agentes de pastoral uma certa rejeição ao trabalho

que alguns padres e leigos fazem junto às comunidades pobres das periferias de nossas cidades. Há ainda o despreparo da maioria de nossos agentes para sairmos do casulo comunitário (se é que, a estas alturas, poderemos senti-lo como comunitário) e enfrentarmos o mundo, estando presentes nele e atuando a partir da solidariedade com os pobres.

Conclusão

Creemos que poderíamos melhor captar a Igreja de nossa Arquidiocese e sua ação pastoral dentro do modelo comunitário. Dá-se entre nós um acento bastante forte à comunhão. Há bastante preocupação e ação com o mundo interno da vida eclesial (a educação da fé pela catequese, a celebração da fé pela liturgia, a formação dos leigos nos mais diversos cursos e encontros, a preocupação com o despertar de vocações e ministérios etc.). Esse acento não vem sozinho. Ele vem ritmado, em tom mais leve, com o acento sobre o institucional (a organização jurídico-administrativo-econômica de nossas paróquias, a marca sacramentalista-formalista de nossas celebrações, a centralização no nosso "mundinho" eclesialístico ou, o que é pior, no gueto de cada movimento, etc.). Assim, em vez de nossa Igreja e nossa pastoral estarem vibrando na tensão-diálogo entre comunhão e missão, vêm-se ainda muito apegadas à instituição. Esta, que deveria ser um instrumento a serviço da tensão comunhão-missão, deveria ser o fiel da balança que movimentada de uma para a outra, se torna ou continua a ser cristalizada e cristalizadora, emperrando a dinâmica do Espírito.

É preciso e urgente que nos soltemos da instituição para colocá-la no seu posto justo: instrumento, não metal. Assim, mais libertos dela, teremos mais tempo e afeto para balançarmos entre a comunhão e a missão. Urge que sejamos mais Igreja-Missão, mais servidores dos pobres, da classe trabalhadora, mais preocupados com o dom da vida que, em tantas crianças e jovens, em tantas famílias e situações, vem ameaçado pela morte. A prova de nossa riqueza espiritual e moral e, portanto, da veracidade de nossa fé, está em não deixarmos morrer aqueles que são ameaçados pela cultura de morte que nos ronda dia e noite. Se a maior miséria física é morrer de fome, a maior miséria espiritual e moral é deixar morrer de fome. O julgamento final, segundo Mt 25, terá essa relação como critério de ingresso ou não na comunhão de Deus.

Para que nossa eclesiologia passe do binômio instituição-comunhão para o binômio comunhão-missão.

Para que nossa eclesiologia passe do binômio instituição-comunhão para o binômio comunhão-missão, como sugere e quer o documento 40 da CNBB, "Igreja, Comunhão e Missão", ousamos apresentar aqui algumas propostas para nossa reflexão e ação:

1. Que as nossas instituições, nossos quadros e recursos humanos, nosso potencial econômico e administrativo, nosso código de diretrizes pastorais, nossas organizações, etc., enfim, tudo o que compõe a força institucional da Igreja, seja posto ao serviço de uma Igreja mais comunitária e missionária. Isto significa que devemos nos libertar de uma preocupação, não sadia, de mantermos nossos quadros em

si mesmos. Eles devem estar a serviço da evangelização, num movimento para fora, para o diferente, para o novo. O medo de muitos de nós não condiz com o que dizemos ser: seguidores de Jesus e possuídos pelo Espírito!

2. Que os serviços e pastorais mais voltados para o interior da Igreja, para a educação e celebração da fé, para a formação teológica e pastoral, para o despertar e acompanhamento das vocações e ministérios, para a animação das lideranças, das famílias e dos jovens, etc., saibam todos articular-se com um movimento também para fora da Igreja. As famílias e jovens de nossas periferias e dos centros de nossas cidades estão à espera do Evangelho. A catequese, a liturgia, a pastoral vocacional, a escola diaconal, os seminários, etc., não podem esquecer o mundo da pobreza. A educação, a formação e a celebração da fé, devem acontecer dentro de um mundo de conflitos, que não é aquele que Deus quis. O reconhecimento do pecado do mundo é o primeiro passo para a transformação da realidade.

3. Que os movimentos de leigos da classe média e as comunidades de base encontrem algum meio de diálogo. Durante muito tempo, a pastoral de nossa Arquidiocese veio sendo feita ao redor do interesse dos movimentos. Viu-se neles o caminho aberto para a participação dos leigos na Igreja. Quase todos os padres passaram a dedicar boa parte do seu tempo para a formação de seus quadros. Houve com eles muita movimentação na Igreja. Mas, já faz um bom tempo que as coisas emperraram. Os movimentos, por sua estrutura nacional ou transnacional e por sua composição com cristãos da classe média, não conseguiram perceber, sobretudo na prática, o sentido da opção preferencial pelos pobres, feita pela Igreja. Dir-se-ia que sofrem de ciúmes com o aparecimento, na Igreja, de um filho mais novo, aquele que estava esquecido, justamente o que estava precisando de mais carinho e defesa. Não conseguem encontrar meios de eles mesmos fazerem sua, como cristãos e como Igreja, essa opção! Aqui é necessária uma ruptura mental e moral com as opções próprias de sua classe: ter mais, ganhar mais, gastar mais, poder mais, mandar mais. . . , a fim de que possam aprender a partilhar do seu saber, do seu poder, de sua posição social, da força hegemônica que possuem, em favor dos pobres. De outro lado, em nossa Arquidiocese, como em outras partes, as CEBs tiveram que forçar a barra para nascerem. Foi e está sendo um parto doloroso. Houve e há muitas reações, da parte de católicos mais tradicionais, ao surgimento das CEBs. Sob o signo da reação, estas tiveram que berrar e gritar, fazendo opções firmes e agressivas, para se imporem como um novo modo de ser Igreja, cobrando dos padres e agentes de pastoral novas atitudes e comportamentos. Houve, pode-se dizer, uma espécie de endurecimento, em que movimentos, de um lado, e comunidades de base, de outro, fincaram pé! Passaram a ver-se como antagônicos, os agentes de um lado não se entendendo com os de outro, às vezes acusando-se mutuamente a partir de clichês nada cristãos. É hora de um novo espaço. Os acontecimentos mundiais e nacionais, a queda dos regimes de ideologias totalitárias, a percepção da idolatria presente e atuante no capitalismo; a confirmação pelo Papa da opção pelos pobres como opção de toda a Igreja, a nova cons-

ciência sobre a dimensão missionária da Igreja, o ressurgimento das dimensões da subjetividade e da afetividade etc., são fatores (apontados pelas Encíclicas "Redemptoris Missio" e "Centésimus Annus", de João Paulo II, e pelo novo Plano de Ação Pastoral da CNBB) que, aliados às exigências evangélicas de comunhão e participação de todos, de valorização dos carismas e ministérios de todos, vêm favorecer mudanças de mentalidade e prática em nossas pessoas e em nossa pastoral.

O desafio da presença da Igreja no mundo da cultura pluralista.

4. Que enfrentemos o desafio da presença da Igreja no mundo da cultura pluralista, tanto da cultura popular que brota do folclore, dos mutirões, das romarias, quanto da cultura das elites, massiva-massificante e idólatra-mortífera de um lado, informativa-unitiva de outro, hegemônica de qualquer modo. A presença das pastorais sociais junto às periferias e movimentos populares deve ser articulada com a presença pastoral junto às universidades, aos MCs, aos centros do poder. O maniqueísmo que vê todo o bem e só o bem no pobre, na periferia, no popular, e todo o mal e só o mal no rico, no centro, nas elites, nada produz de cristão. Também nada produz e não condiz a acusação de materialismo que se faz ao trabalho com os pobres. Tanto mais quando esta acusação parte de católicos que têm os bens materiais, às vezes bem mais que o necessário, com que viver!

5. Que nos sintamos sempre mais como Igreja inserida no Regional Sul IV, interpelada pelos desafios e opções apontados no 8º Plano de Pastoral da Igreja em Santa Catarina, e como Igreja enxertada na realidade social e eclesial do Brasil, atualizada, em cima do lance, com as opções do recente plano de ação pastoral aprovado pela última Assembléia da CNBB. De modo geral, nossa Arquidiocese, da parte de seus agentes e mais ainda de seu povo, vive desinformada da vida da Igreja. A dimensão missionária, dentro do próprio Estado e do País e, por que não?, para fora, para Igrejas mais carentes que as nossas do Brasil, virá trazer novo entusiasmo a nós. E é de entusiasmo que, desde a Páscoa e o Pentecostes, vivem os seguidores de Jesus, os obedientes ao Espírito, os adoradores do Pai.

A vinda do Papa a Florianópolis e a Santa Catarina, o início do ministério episcopal de Dom Eusébio entre nós, a avaliação da caminhada pastoral que deverá acontecer na Arquidiocese, a busca da organização pastoral a partir da presença da Igreja no mundo da Cidade (Pastoral Urbana), a recepção dos planos de pastoral do Regional Sul IV e da CNBB, a recepção teórica e prática, a ser promovida entre nós, dos últimos documentos do Papa, são, entre outros, alguns fatores que, se bem aproveitados, poderão (re)criar novo elã em nossa reflexão e ação pastorais, em nosso jeito de ser e viver a Igreja. Nisso, a articulação entre a Comunhão e a Missão é um desafio! Sem esquecer, porém, no começo e no fim, que a Igreja é Mistério, mistério da fé: "Creio na Igreja!"

Endereço do autor:

ITESC — Caixa Postal 5041 — 88041 — FLORIANÓPOLIS, SC